

DA SENZALA AO SOBRADO: SENTIDOS E METAMORFOSES DE UMA MIGRAÇÃO ATLÂNTICA

Fernando Augusto Albuquerque Mourão⁽¹⁾

Prefácio

A edição do livro de Mariano Carneiro da Cunha, *Da senzala ao sobrado: Arquitetura brasileira da Nigéria e na República Popular do Benin – From slave quarters to town houses: Brazilian architecture in Nigeria and People’s Republic of Benin*, edição bilíngüe, lançado em co-edição pela Editora da Universidade de São Paulo, com estudo introdutório de Manuela Carneiro da Cunha e um significativo ensaio fotográfico de Pierre Verger, merece registro, assim como a feliz iniciativa da Edusp – Prêmio Jabuti 1986 em Ciências Humanas – pela publicação de uma obra reveladora e criativa em que cultura, sociedade e técnicas são tratadas conjuntamente em termos de processo.

Introdução

A arquitetura, o urbanismo, o mobiliário, os detalhes das fachadas das casas do *Brazilian Quarter* em Lagos, assim como das principais cidades do espaço iorubá, surgem no trabalho de CUNHA, Mariano (1985) como salas de um museu imaginário, onde ressalta o sentido de cada obra e do todo para além da sua funcionalidade. As magníficas fotos de Pierre Verger, que ilustram o texto, têm uma linguagem própria, inserindo-se na obra não como mero complemento, mas como parte integrante, em que cada imagem dá uma ou mais expressões de uma cultura de simbiose: o mundo brasileiro e o mundo iorubá. Os fatos históricos na leitura de Mariano Carneiro da Cunha ganham sentido profundo na interpretação da confluência do mundo das realidades com o mundo fantástico tomado ao longo de sucessivas rupturas e mudanças: de homem livre a escravo no novo mundo e, de ex-escravo a senhor em busca de uma identidade específica, em África. Sociedade e arquitetura surgem como um testemunho vivo, imbricados entre si através da fixação das metamorfoses entre realidade e imagem. A profunda intuição do autor permite ao leitor entrar no âmago de toda uma série de ambigüidades ao longo do percurso em busca de uma identidade ou da coexistência de duas identidades:

(1) *Professor Assistente Doutor do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH–USP.*

a iorubá e a brasileira. O leitor é levado a especular sobre o duplo sentido de uma arquitetura que surgiu em meados do século passado no golfo da Guiné, mais precisamente no espaço iorubá, de Lagos a Porto Novo, na área compreendida pela costa marítima da Nigéria e da República Popular do Benin e, na retroterra, até Yio-Ile, já no cotovelo do Níger, rio ligado à saga de grandes guerreiros africanos, ontem chefes, hoje antepassados presentes num tempo novo.

A visão de Mariano, como artista, completa a visão do crítico social. Imagens e provas avançam no texto num mesmo processo. O valor estético dessa arquitetura de simbiose é destacado a par dos componentes históricos e sociais que a envolvem, numa visão totalizante em que a dinâmica de cada tempo é posta em relevo e os elementos novos são tratados, conforme a circunstância, como acréscimos ou como síntese. Os acréscimos surgem como sinais de um processo em que nenhuma das culturas é privilegiada pelo autor numa análise perpassada por sua sensibilidade.

O Reencontro

A casa senhorial, a casa do comerciante, a casa do ex-senhor, atravessa o oceano e ocupa um novo espaço simbolizando uma categoria social, singrando no plano do mundo iorubá em trânsito para a modernização. A casa brasileira foi muito bem recebida no mundo iorubá. Altos dignatários tradicionais passaram a encomendar construções aos *brasileiros*, assim como comerciantes, transportadores e plantadores de cacau enriquecidos com a agricultura de exportação. Mariano observa com justeza que a difusão da arquitetura brasileira na área de cultura iorubá deve-se não só ao fato de que a casa era não apenas uma referência social como representava ainda *um tipo de compromisso* com a concepção iorubá do espaço doméstico. A casa, do ponto de vista de sua implantação no terreno, a nosso ver, adapta-se ao modelo do lote urbano colonial brasileiro. A ordenação do espaço físico da área construída constitui-se sem dúvida quanto ao traçado, tal como defende Mariano, num elo de ligação entre a concepção arquitetônica brasileira e a concepção iorubá. Mariano nota bem que *“os antigos escravos trocaram o piso térreo ou os anexos do Brasil, pelo primeiro andar em Lagos, tal como os patriarcas de antanho”* situando-se no espaço natal, em parte, como uma burguesia mercantilista, em que o ofício foi essencial e em que a casa representava sinal de prestígio.

Enquanto a área térrea era utilizada para as atividades comerciais, preservando-se uma parte, por vezes, para guardar o coche da família — no caso dos mais abastados —, o piso superior destinava-se

preferencialmente à família. Pode-se observar, contudo, uma série de variações: por vezes parte da área superior — neste caso com entrada própria lateral —, era ocupada com o comércio; no andar térreo, atividades comerciais eram, por vezes, conjugadas com depósitos e mesmo residência de passagem de familiares que também ocupavam os anexos localizados nos fundos do lote urbano e separados da construção principal por um pátio de uso múltiplo. A casa adapta-se a uma dupla utilização: atender à família nuclear dos ex-escravos — modelo adaptado da sociedade brasileira — e, por vezes, a familiares de passagem, estes inseridos no modelo da família extensa tradicional. A casa brasileira, originalmente construída para moradia dos ex-escravos que regressaram à terra natal, aos poucos passou a ser sinal de prestígio no espaço iorubá, garantindo uma atividade rendosa aos pedreiros, carpinteiros, marceneiros — ofícios aprendidos no Brasil —. Seu traçado levou em conta a necessidade de adaptação à família extensa iorubá. Há alguns anos atrás tive ocasião de visitar a casa do Obá Iyola Oyewele, em Osogbo, tendo-me ficado patente a adaptação do traçado da casa à família extensa, incluindo o aproveitamento dos anexos.

A antiga residência colonial, de origem portuguesa, acabou se disseminando no espaço iorubá através dos *brasileiros*. A casa de traçado simétrico é comum, não só no *Brazilian Quarter* como em todas as cidades iorubás. Mariano observa que se a planta for reduzida às suas linhas elementares *“obteremos uma estrutura quadrangular com uma área central. Em dois de seus lados estão os quartos e nos outros dois estão colocadas uma ou duas varandas, que fecham o todo. Este espaço central às vezes torna-se simplesmente um corredor, quando a casa é geminada, ou um acesso para a escada, quando se trata de um sobrado. Por outro lado, se a casa for pequena e térrea, temos apenas a metade da planta”*

A forma quadrangular ou retangular que a casa iorubá apresenta, por oposição ao traçado negro-africano, de natureza circular, creio que se deva, possivelmente, a uma influência árabe-berbere, desenvolvida na chamada cidade/Estado, na confluência do comércio com o norte da África.

O traçado como o descrito privilegia as áreas sociais ou de uso comum. No corpo da casa, uma varanda extensa, local de convívio e de uso comum, liga os vários espaços. A cozinha, por vezes instalada numa ala autônoma no primeiro piso, surge como um prolongamento da casa, não se apoiando na estrutura central da construção. A varanda e a sala de refeições (por vezes a varanda serve de sala de refeições), principalmente a primeira, tomam lugar de destaque. A varanda, seja qual for o seu tipo, o corredor ou os corredores e o *hall* interior, colocado no topo da escadaria, na parte central da casa — quando a es-

cada se situa no interior da construção — constituem-se em espaços comunicantes da maior importância. A varanda é um local privilegiado da vida familiar e social. A divisão do espaço social reflete a dupla função da casa: lar e local de trabalho, comércio propriamente dito e escritório, onde se recebem as pessoas envolvidas nas atividades comerciais, sociais, políticas etc. A casa é o centro de todas as atividades, inclusive de natureza religiosa. Não é raro encontrar alguma dependência, ou algum anexo, ocupado com elementos do culto dos antepassados.

A casa brasileira, que ora apresenta um traçado quadrangular, ora retangular, transformou-se, de certo modo, em um *compound* iorubá, de menor dimensão, reproduzindo suas funções principais. Surgiram novidades, como o aumento do número de janelas, das águas-furtadas verdadeiras ou falsas — para efeito da aeração da casa — onde a falsa janela é coberta por venezianas ou treliça. Os quartos de dormir passam a ter uma maior dimensão e o seu acesso passa a ser feito através de uma porta ao invés de um pequeno corte na parede — solução tradicional — que, dada a sua pequena altura, obrigava os moradores a se agacharem para penetrar nesse espaço.

Os traços comuns que surgem nas duas arquiteturas devem-se também ao fato de que os “*pedreiros construtores e os artesãos brasileiros*” desenvolveram um processo geral da própria arquitetura iorubá, levando adiante, porém na mesma direção, o que já haviam feito os construtores iorubás. Assim, seguindo a inclinação destes últimos, os profissionais *brasileiros* apenas reorganizaram a casa patriarcal brasileira colonial em um *compound*, numa *nova* casa urbana. Eles transformaram a casa patriarcal brasileira colonial em um “*compound iorubá coberto e em miniatura*” O traçado da casa dos muçulmanos e dos católicos era semelhante. Nas casas dos muçulmanos era usual a utilização de gesso e, mais tarde, de cimento em moldagens de motivos abstratos, com uma certa tendência ao fantástico, linhas fundamentais da representação artística do islão. Os detalhes das fachadas dos edifícios, fotografados por Pierre Verger, mostram claramente os elementos decorativos ao gosto islâmico — dispostos ou não de forma geométrica — e elementos da natureza, apresentados através de fórmulas mais ou menos abstratas.

Utilizando o gesso e o cimento, as fachadas das casas, em geral, ostentam decorações variadas simbolizando o poder de seus moradores, pondo em relevo a importância da burguesia mercantilista nascente (o leão) face ao poder tradicional da realeza iorubá (o tigre). O leão esculpido ou trabalhado em gesso ou em cimento, ocupando um espaço significativo na parte superior do balcão da fachada principal ou encimando a moldura da porta principal, surgiu como um símbolo

heráldico do morador da casa. Roger Bastide, em um antigo e pequeno artigo: *O leão do Brasil atravessa o Atlântico*, afirma que o leão “*tornou-se uma função de desforra (o antigo escravo, ao mudar de lugar, tornou-se por sua vez o senhor, e conseqüentemente, beneficiário dos mesmos símbolos de distância social dos quais, no Brasil, os brancos eram os únicos proprietários) e também uma função de significado de status de superioridade, ao servir para distinguir o brasileiro enriquecimento do iorubá tradicional*” (Bastide, 1973, p. 377-384).

A metamorfose do leão — do espaço africano para o Brasil e deste novamente para o mundo iorubá, o felino já “*caboclizado*” *deitado com a cabeça de lado* — a que Bastide fez referência, reportando-se a uma série de artigos do saudoso Lourival Gomes Machado, é um exemplo claro das mudanças, da alteração do sentido de uma relação no decurso da longa diáspora africana/iorubá nas Américas e, posteriormente, na volta à terra natal.

Não é só a casa como um todo que se expande no espaço iorubá (Nigéria e região litorânea da República Popular do Benin). Constatase também a difusão de certos elementos isoladamente, tais como portas e janelas almofadadas, venezianas, treliça, vidros, balcões de ferro etc., assim como móveis — materiais em parte importados —. Por imposição do mercado inglês, o chamado ferro enrugado, ou folhas zincadas, passou a ser utilizado como elemento do telhado, substituindo a telha de origem brasileira. A utilização do ferro batido na feitura de grades de proteção, a par da importação de balcões, vindos de Salvador, colocados externamente nas janelas da casa, expandiu uma arte, de tradição portuguesa e brasileira, por vezes adaptada à estética iorubá ou muçulmana, através de arranjos artísticos, visíveis não só nas grades, mas também nos balcões em ferro, de apurada concepção estética. A fabricação de móveis constitui-se também num exemplo marcante da presença dos artesãos *brasileiros*. Mesas, camas, armários, papelerias, assim como as escadarias com grades laterais torneadas, difundiram-se rapidamente. O uso deste mobiliário tornou-se símbolo de poder. A utilização de louça branca antiga a par de baixelas da Companhia das Índias, estas introduzidas pelo comércio inglês, assim como o uso de talheres de prata e alpaca ou com cabos de madreperla, despertou-me a atenção, quando da visita a casas do *Brazilian Quarter*, em Lagos e em Porto Novo. Recordo-me que numa casa em Ouidah, uma pequena cidade do Benin, que cresceu em torno do antigo forte de São João Batista de Ajudá, construído pelos portugueses, fui surpreendido pela gentileza do casal hospedeiro, que conseguiu por empréstimo junto a outra família uma toalha rendada de origem brasileira, assim como talheres e copos que, segundo explicaram, pertenciam a uma família de descendentes de *brasileiros* mora-

dores no vizinho Togo. A baixela pode ser tomada como instrumento de duplo prestígio: no plano do social e no plano da identidade.

A Religião como Referência Social

O estudo da comunidade *Brasileira* de Lagos como grupo de referência católico, está muito bem colocado por Mariano Carneiro da Cunha. Por sua vez, Manuela Carneiro da Cunha aprofunda e amplia o tema em um outro trabalho (Cunha, Manuela, 1985) da maior importância, em que coloca em relevo, na introdução, o papel da religião — o catolicismo — como elemento diferenciador na perspectiva do processo da identidade cultural. A análise elaborada por Manuela Carneiro da Cunha é, no campo da problemática da identidade cultural, um trabalho de grande abrangência que abre toda uma série de pistas. O núcleo dos *brasileiros* foi ainda objeto de outros estudos do maior interesse⁽¹⁾

Ser católico constitui-se numa marca, para usar a feliz expressão de Oracy Nogueira, dos ex-escravos: uma identidade contrastiva, variável ponderável da referência social. O catolicismo como elemento diferenciador oscilou entre uma formação religiosa mais profunda e o catolicismo popular, o mais comum. A maioria dos missionários que escreveram sobre o assunto põe em dúvida a formação religiosa dos *brasileiros*. É possível, até, que a forma popular desse catolicismo tenha até ajudado os ex-escravos na busca de sua identidade, a integração mais fácil com a sociedade local. Face à impossibilidade de se integrar ao grupo do colonizador europeu, de se diferenciar pelo uso do português que, como língua de ensino, foi proibida pelas autoridades coloniais em 1882, tende a voltar a ser um iorubá e participar da Nação iorubá-nigeriana, esta anterior ao Estado (nigeriano), já numa perspectiva em que se extrapola o conceito étnico. O ex-liberto sonha com uma referência de *brasileiro*, em termos de categoria social em relação ao meio étnico, mas acaba por optar por um nome iorubá. Essa integração, última fase do processo, ocorre já num momento em que o comércio e a agricultura de exportação com a metrópole se encontram em fase de expansão: surge aí uma burguesia iorubá bi-

(1) TURNER (1975), historiador e pesquisador norte-americano, também ofereceu uma boa contribuição em relação aos ex-escravos que voltaram e se estabeleceram na região do Benin. Para o estudo das relações em função do tráfico, a obra de VERGER (1968) é central.

Do outro lado do Atlântico também começam a surgir estudos sobre o assunto, entre os quais o de AJAYI (1965), professor de História em Ibadan. Um trabalho, ainda não publicado, mas da maior importância e que merece ser destacado, analisando as relações entre o Brasil e a África Ocidental, é o do embaixador Alberto da Costa e Silva.

língua (iorubá e inglês) ligada ao comércio, à agricultura e, posteriormente, a serviços e à burocracia colonial. Num primeiro momento desenvolve uma referência dentro do próprio grupo e, mais tarde, integra-se a partir da sua posição financeira à nascente burguesia local e, pela ilustração, à chamada elite moderna ilustrada iorubá. É neste período que surgem indivíduos portadores de diplomas de cursos superiores, boa parte realizados na Inglaterra e, no caso dos moradores na região do Benin, na França. Esses indivíduos, além da língua natal, falam o inglês ou o francês e, em parte, guardam algumas expressões em português. Através da adoção de nomes iorubás, os *brasileiros* aproximaram-se de uma identidade genuinamente africana. Com o aprendizado do inglês e, de certo modo, do francês, aumentaram a oportunidade de dinamizar a atividade comercial, quer como pequenos importadores, exportadores e transportadores, quer como intermediários das casas comerciais inglesas, a par da importância que a língua do colonizador teve em termos da formação dessa elite que passou a ocupar um espaço importante, primeiro como auxiliar da administração colonial e, mais tarde, como núcleo nacionalista participativo no processo da independência. Os *brasileiros*, os *estrangeiros*, acabaram, ao longo do tempo, por se integrar à identidade nigeriana.

Um segmento que precisaria ser pesquisado é o dos *brasileiros* muçulmanos, quer nas suas relações com o meio nigeriano, quer nas suas relações com os *brasileiros* católicos. Os *brasileiros* muçulmanos foram, igualmente, excelentes construtores, atividade a que associaram numerosos muçulmanos locais. É digno de nota o fato de que os *brasileiros* muçulmanos construíram a sua mesquita principal, a *Brazilian Mesquite*, de acordo com o padrão de construção popular brasileiro, enquanto que na construção de outras mesquitas, encomendadas pela comunidade muçulmana nigeriana, seguiram um padrão diferente, de acordo com o estilo mais aproximado do árabe. Esta constatação registra-se também em relação à catedral católica, a *Holy Cross* construída por *brasileiros*, por encomenda da comunidade católica e erguida fora dos limites do *Brazilian Quarter*. A catedral, de gosto discutível, e misturando vários estilos, não segue o padrão nem o estilo brasileiros. Enquanto o padrão e o estilo da casa se mantêm, independentemente da origem de quem a encomendou, nas construções de templos fora do espaço dos *brasileiros*, seguem-se outros estilos, a mesquita arabizante e a igreja ao gosto britânico.

Um outro fato curioso que merece esclarecimento refere-se à designação de "*Portuguese Town*", estampada na planta da cidade de Lagos, 1887. reproduzida na obra de Mariano, à página 43.

A Elite e o Artesão

Os *brasileiros* são apontados por boa parte dos autores como integrados a um núcleo social que, de certo modo, podia ser tomado como uma burguesia nascente. A análise deste segmento da população envolve necessariamente a pesquisa das atividades rentáveis, que permitiram o estabelecimento do grupo e sua expansão. Qual a dimensão da sua força de trabalho? Qual o seu capital inicial? Como se reproduziu o seu capital?

A situação financeira dos ex-escravos, ao sair do Brasil e ao entrar na Nigéria, não foi ainda devidamente pesquisada de modo a se estabelecer um quadro mais claro. Vários autores se referem ao patrimônio dos ex-escravos mas, preferencialmente, já depois de estabelecidos no espaço iorubá. Disposições testamentárias e documentos relativos a transações imobiliárias são relativamente comuns. Contudo, subsiste a indagação original: com que capital se deu o estabelecimento dos ex-escravos? Como foram constituídos os capitais iniciais? Como foram constituídos e transferidos os aforros do Brasil? Como se desenvolveu o comércio entre o Brasil e os portos africanos e qual o papel dos ex-escravos e de seus familiares? De certa forma, estas questões estão, na sua maioria, sem resposta ou insuficientemente tratadas. O embaixador Heráclito Lima, antigo representante do Brasil em Lagos que, além de diplomata é um pesquisador atento lança, com base em evidências, uma hipótese interessante: a da existência de contrabando de ouro brasileiro, o que explica em parte o interesse na armação de navios envolvidos nessa rota que, só com o comércio do tabaco (rolos de fumo), aguardente — os itens mais citados — além de outros produtos, como alguns materiais de construção, não justifica, aparentemente, os custos da armação. Recentemente conheci uma outra pesquisadora que está centrando sua pesquisa em torno da exportação de pederneiras, o que põe em evidência o problema da exportação de armas ou de componentes fundamentais. As relações com o continente africano estão envoltas na tradição de uma política de sigilo, de boa tradição portuguesa, princípio que se registra desde o chamado período das descobertas.

O comércio brasileiro, sua expansão e declínio, envolvendo portos brasileiros e africanos, precisa ser pesquisado de modo sistemático de forma a permitir o avanço seguro da historiografia. No plano do espaço iorubá cremos que se torna necessário aclarar se o declínio do comércio com o Brasil se deve à integração dos *brasileiros* à sociedade local no contexto do espaço colonial britânico. Seria importante aprofundar e comprovar a hipótese levantada por Heráclito Lima relativa ao contrabando de ouro. Concluir que a abolição do tráfico de

escravos levou a uma extinção automática do comércio entre as duas costas é, de certo modo, uma simplificação.

Acreditamos que o ofício aprendido no Brasil foi fundamental em termos do processo de implantação do segmento *brasileiro*, a par de outras causas. Graças aos ofícios — pedreiro, carpinteiro, marceneiro, entalhador etc. — foi possível a esse segmento da população empresariar a construção civil num período de expansão do comércio em geral, contribuindo também para isso o surgimento de uma categoria ligada ao desenvolvimento da agricultura do cacau, a par dos produtos tradicionais e das oleoginosas, que passou a confiar aos *brasileiros* algumas de suas construções. De certo modo os *brasileiros* foram seguidos pelos *cubanos* (ex-escravos vindos de Cuba) e pelos *saros* (africanos libertos pela Marinha de Guerra Britânica a bordo de navios negreiros e que foram desembarcados na Serra Leoa, de onde foram enviados para Lagos). Estes, em boa parte, aprenderam ofícios trabalhando como mão-de-obra nas construções. Como grupo de referência não chegaram a ter a importância atribuída ao segmento *brasileiro*.

A qualidade de artesão, trabalhando como pedreiro, carpinteiro, marceneiro etc., parece-me fundamental como fator aclarador do processo sócio-econômico. Mariano Carneiro da Cunha dá alguns exemplos de pais que insistiam que os filhos aprendessem um ofício, independentemente de sua formação intelectual, mesmo no caso de terem feito cursos superiores na Europa. Este passo parece-me significativo. A qualificação de artesão, o domínio das técnicas, tornaram-se cada vez mais importantes na medida em que a sociedade iorubá passou a reproduzir o gosto e incorporou a arquitetura brasileira como sinal de status. O modelo da casa brasileira extrapolou o núcleo *brasileiro* para se expandir por todo o espaço iorubá na Nigéria, no Benin, no Togo e, mesmo, fora do espaço étnico iorubá, como é o caso de núcleos urbanos *ibos*, onde se registra, embora em número reduzido, a construção de casas segundo o modelo brasileiro. A reprodução da casa, símbolo de status, num período de mudança social e política, determinou uma enorme valorização da profissão. Esta funcionou, sem dúvida, como um elemento da maior importância na formação do aforro, a par das atividades comerciais. OLINTO (1969), em *Casa da Água*, mostra como o domínio das técnicas, a construção de um poço de água potável no quintal da casa, foi determinante na formação da fortuna de uma família — essa família dirige atualmente a Associação dos Descendentes dos Brasileiros —, em Lagos, cidade construída em cima de pântanos e onde a água era um bem raro. A reprodução do trabalho foi fundamental para dar concretude ao segmento social dos *brasileiros* no espaço social nigeriano.

A casa (Aradeon, 1976, p. 38-44), elemento de ligação de duas culturas, pois continha traços semelhantes em sua concepção fundamental, quer quanto à divisão, quer quanto à apropriação do espaço, foi não só o elemento visível e concreto de uma presença dos *brasileiros* e do Brasil, como ainda resultante ou produto do trabalho, o ofício, a concretude que firmou o segmento social caracterizado pela religião, no plano da identidade face ao mundo tradicional iorubá e ao setor urbano moderno, resultante da presença colonial britânica. A casa, em sentido amplo, quer de propriedade de *brasileiros*, quer de iorubás, constitui-se na reprodução de uma presença.

A casa foi residência e sede de comércio, elo de ligação do espaço *brasileiro* com o espaço iorubá tradicional e com outros espaços africanos localizados ao longo das rotas comerciais, com o comércio e a administração colonial inglesa e francesa.

Se o aprendizado da língua inglesa e francesa, esta no caso do Benin e do Togo, foi fundamental à elite letrada na sua inevitável integração temporal no espaço colonial, o traçado da casa brasileira, com raiz no colonial português e adaptada ao traçado do espaço social iorubá, captando o sentido de mudança, contribuiu para fixar um segmento social que desempenhou vários papéis convergentes — elite, burguesia de negócios, burguesia burocrática — assentada na reprodução do trabalho e no acúmulo dos aforros. A casa, de certo modo contribuiu, de um lado, para fixar uma imagem do além-Atlântico — uma conquista real no plano do imaginário — e, de outro, como elemento de afirmação e resistência face às imposições naturais de um espaço colonial em mutação, contribuindo para dar sentido e especificidade, numa primeira fase, ao processo de uma identidade política.

A “*máscara iorubá*” representação de um passado, fixando o herói, misto de ser vivo e antepassado, ressurgue num traço com significados vários que fixa na argamassa a representação do trabalho. O leão, “*caboclizado*”, forma de representação social que suplantou o tigre, ligado à tradição local na perspectiva da afirmação social do liberto, simboliza agora uma relação de natureza diferente. A dimensão da realidade alarga-se. A casa, a par de guardar reminiscências das referências sociais dos “*outros*” passa a incorporar e dar significado ao trabalho livre.

Referências Bibliográficas

- 1 — AJAYI, J. F. A. de. *Christian missions in Nigeria 1841-1891: the making of a new elite*. London, Longman, 1965.

- 2 -- ARADEON, David. Architecture. In: BIOBAKU, Saburi O. *The living culture of Nigeria*. Lagos, Thomas Nelson, 1976. p. 38-44.
- 3 -- BASTIDE, Roger. O leão do Brasil atravessa o Atlântico. In: *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- 4 -- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 5 -- CUNHA, Mariano Carneiro da. *Da senzala ao sobrado: arquitetura brasileira na Nigéria e na República Popular do Benin — From slave quarters to town house: Brazilian Architecture in Nigeria and People's Republic of Benin*. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1985.
- 6 -- OLINTO, Antonio. *A casa da água*. Rio de Janeiro, Bloch, 1969.
- 7 -- TURNER, R. Michel J. *Les brésiliens*. Boston, Boston University, 1975. (tese de doutoramento).
- 8 -- VERGER, Pierre. *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe du Bénin et Bahia de Todos os Santos du dix-septième au dix-neuvième siècle*. Paris/La Maye, Mouton, 1968.

FICHA CATALOGRÁFICA

MOURÃO, F. A. A. Da Serizala ao Sobrado: sentidos e metamorfoses de uma migração Atlântica. **Revista da Universidade de São Paulo.** São Paulo, (5): 79-89, jun. 1987.